

TEMAS

68741
5846-0



COMISSÃO REGIONAL DE
ATINGIDOS POR BARRAGENS
EREXIM - RS

A ENCHENTE DO URUGUAI

EDIÇÃO Nº 36 -- MARÇO - ABRIL 1991

1º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS



CPV
24 MAI 1991
Setor de Trabalho

EDITORIAL

ATINGIDOS QUEREM MUDAR SUA LUTA

Por muitos é conhecida a difícil vida que possuem os trabalhadores atingidos ou ameaçados por barragens.

Muitos ficaram sabendo que sua terra iria ser alagada, quando o lago da Usina já começava a encher, tão grande foi o descaso da empresa e por que não dizer do Governo, se era este quem mandava.

Outros atingidos receberam passagem para ir até a cidade de São Paulo para tentar um sub-emprego, este foi o valor pago pelo progresso.

Atingidos ficaram sabendo que a barragem foi feita, empurrando-os para regiões de reassentamentos, porém sem condição nenhuma de plantar, por causa que a terra é seca e a irrigação prometida não veio.

Há atingidos que vendo tudo o que aconteceu, com tantos irmãos seus, decidiram dizer um basta e começaram a se organizar. A desinformação era muito grande, e muitas vezes foram vistos até como caso de polícia, apenas porque pressionavam os mandantes, para que os problemas por estes causados, fossem resolvidos.

Acordos que pelas Empresas, Ministérios e Populações foram assinados, só com muita pressão e organização estão sendo cumpridos, ainda assim, com atrasos.

Mas como se vê, as poucas conquistas tidas se devem à organização da população, o que muita apavora os mandantes, mas é o único jeito de fazer valer os nossos direitos.

Para tornar maior a sua força, os atingidos realizaram, nos dias 12, 13 e 14 de março, seu 19 Congresso Nacional, em Brasília – DF, reunindo representantes de todo o País.

Os atingidos entendem que aos poucos eles mesmos precisam dar o rumo à sua história, decidindo se permitirão que as grandes barragens poderão expulsá-los de suas terras ou não.

A falta de democracia existente em todo o País ficou bastante clara. Foi feito o Plano 2010, em Gabinete, para que o povo não soubesse. Agora está o Presidente Collor, que fala tanto em Democracia, fazendo o Novo “2015”, sem que o povo fique sabendo, sem que o povo participe.

Já é hora de dar um basta em tanta injustiça e com um Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, aos poucos enfrentar o autoritarismo dos governantes, para garantir que pessoas e natureza sejam respeitadas.



Para quem será que este participante do 19 Congresso Nacional de Atingidos por Barragens está fazendo “Serenata”, se este era um dormitório de homens?

EXPEDIENTE

O Boletim “A Enchente do Uruguai” é uma publicação da CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens.

Correspondência e assinatura: Secretaria da CRAB
Rua Bahia, 78
Caixa Postal 372
99.700 Erechim – RS
Fone: (054) 321-3304

Elaborado e produzido pela Equipe de Comunicação e Divulgação da CRAB: Eliseu João Johner, João de Oliveira, Sidemar Giroto e Eleni Stempkowski.

Colaboraram nesta edição: Ariston Filho Alves Portugal, (norte) Boaventura Mendes, (sudeste) Januário da Silva Netto, (nordeste) Raimunda Gomes da Silva, (centro-oeste) e Célio Bermann.

Composição e Impressão: Gráfica e Editora UPF
Tiragem desta edição: 3500 exemplares.

CUPOM DO ASSINANTE

Para fazer assinatura do Boletim “A Enchente do Uruguai”, recorte este cupom e envie para o Movimento dos Atingidos por Barragens.

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CRAB

Caixa Postal 372
99.700 Erechim – RS

Minha opção é (marque com um X)

- () Assinatura para atingidos Cr\$ 350,00
() Assinatura de apoio Cr\$ 500,00

Obs.: O Boletim será feito a cada dois meses. Este valor passa a contar a partir do mês de abril de 1991, com reajuste de acordo com o custo do Boletim.

Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____

AGENDA

R I – 13 e 14 de abril, Curso de Formação de jovens atingidos em Maximiliano de Almeida

R II – 12 à 14 de abril, 1ª Etapa de um Seminário de Formação em Palmitos.

Nos meses de março e abril estão sendo feitas visitas, junto às famílias de atingidos, para a construção de novas lideranças.

R III – 13 de abril, reunião de lideranças no município de Anita Garibaldi – SC

14 de abril, reunião de lideranças do município de Esmeralda – RS

25 de abril, reunião de lideranças do município de Campo Belo – SC

26 de abril, reunião de lideranças do município de São José do Cerrito – SC

1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens

Nos dias 12, 13 e 14 de março foi realizado o 1º Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em Brasília — D.F.

Este 1º Congresso contou com mais de 200 participantes, além de representantes de atingidos, também se fizeram presentes, Entidades de todo o Brasil e inclusive, Deputados Estaduais e Federais. Cabe aqui citar que todos os Partidos foram convidados, porém só compareceram representantes do PSDB, PT, PSB, PC do B, PDT e o PMDB enviou uma carta de solidariedade.

Os Deputados presentes se mostraram bastante interessados em contribuir com a organização dos atingidos.

A Questão Energética do Brasil como está?

Estamos completando um ano de Governo Collor.

Podemos ver em todo o Brasil um aumento grande de desemprego, de autoritarismo, de miséria e fome.

Isto, de fato, também está ocorrendo com os atingidos pelas barragens, até por que, a maioria são pequenos trabalhadores rurais, que hoje sofrem o baixo preço dos produtos, além é claro, das grandes indefinições do Setor Elétrico, que gera insegurança aos atingidos e a falta de cumprimento aos Acordos celebrados em diversas barragens, e o não pagamento das terras e benfeitorias, como na região Sudeste.

Na verdade, desde que o Governo Collor assumiu, muitas barragens foram paralizadas ou continuam lentamente, sem que a população saiba quando serão concluídas. Se vai haver indenização? E como será feita? Estas são perguntas que a população deveria ser a primeira a saber, inclusive, ajudar a decidir. No entanto, para estes só sobra o "direito" de sair da terra ficando, muitas vezes, sem ter para onde ir, como no caso de Tucuruí.

A Barragem de Itá, da qual conhecemos bem a história, é um exemplo de descaso do Novo Go-

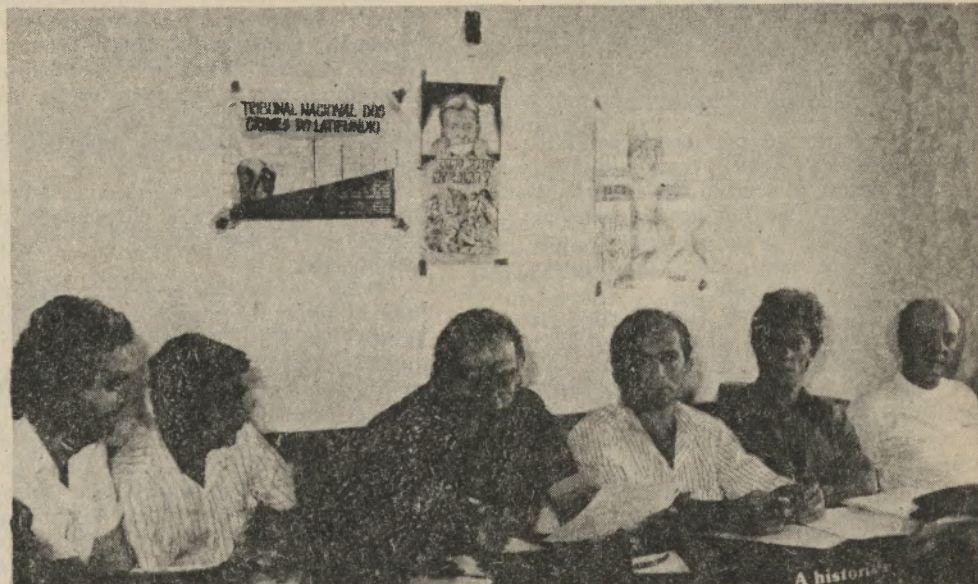
verno. Desde que este assumiu, a questão social está praticamente paralizada, ou o que é pior, chegando a ser vista até como um caso de polícia.

Só no ano de 1991 já foram marcadas várias audiências com a Direção da Eletrosul, exigindo a sua vinda para a região, para apresentar uma proposta para a questão social de Itá, no entanto, todas as tentativas tem sido desmarcadas, jogando o problema ainda mais para frente.

Cabe também destacar que para se tentar resolver o problema de Itá, foi realizado no dia 04 de março, na sede da CRAB um encontro com as lideranças dos atingidos pela barragem de Itá e Machadinho, conjuntamente com

em Santa Catarina, no dia 08 de março, porém, só compareceram os Deputados: Furlaneto (PT - Estadual); Lucy Chainoski (PT - Federal); representante de Vasco Furlan (PDS - Federal); e representante de Luisinho Marini (PMDB - Estadual).

Outro aspecto que é importante termos presente, é que durante o Governo Collor, está sendo feito o novo plano do Setor Elétrico. Conhecido como o "2015", e que até o momento, muito poucas pessoas estão sabendo, o que prova para todos nós que a Democracia prometida por Collor foi esquecida completamente, e a sociedade organizada, como os próprios atingidos, não estão participando. En-



Deputados se dispõem a apoiar os atingidos.

os Deputados que fizeram voto na região atingida, para solicitar apoio político neste impasse e foi muito boa a disposição dos Deputados em se colocarem à disposição, bem como das suas bancadas.

Participaram do evento os Deputados Estaduais Iradir Pietroski (PTB); Antonio Dexeimer (PMDB); Ivar Pavan (PT); e os Deputados Federais, representante de Arno Magarino (PFL); Adão Preto (PT) e Dexeimer representando Odacir Klein, que mandou telex se solidarizando com os atingidos.

O mesmo evento foi realizado

tão, a grande pergunta que nós fazemos é se este Plano vai ter como prioridade a questão social e ambiental. Ou se servirá somente ao modelo de desenvolvimento ou a toda a sociedade?

Mas os atingidos, ao longo de sua história, foram capazes de provar que, também, é possível mudar a prática do setor elétrico, cobrando maior seriedade e exigindo seus direitos.

A realização deste 1º Congresso, significou um grande passo para que de fato possamos exigir nossos direitos de Norte a Sul deste País, tornando mais forte a nossa luta.

VAMOS CONHECER UM POUCO DAS REGIÕES ATINGIDAS DO BRASIL

REGIÃO NORTE



Chuívisco, que é uma Hidrelétrica privada de porte médio (médio-grande) e também a Barragem de Serra Quebrada (em Santo Antônio — Amapá), estas estão mais na frente do programa. Destas, três são privadas, às quais, está sendo dada uma atenção maior.

A Barragem de Tucuruí, foi uma das primeiras e das maiores construídas na Região Norte, pela ELETRONORTE no período compreendido entre 1975 e 1985, esta usina está localizada a 13 km da cidade de Tucuruí, no Rio Tocantins e a formação do seu reservatório de 2830 Km² inundando vários povoados, inclusive, a sede do município de Jacundá e mais de 5.000 famílias dos vazanteiros (acima do lago); foram expulsos de suas terras, de suas casas, tendo que alterar todo o seu modo de vida.

A energia gerada em Tucuruí atende, principalmente, aos grandes projetos minero-metalúrgicos da ALBRAS, da ALCOA e da CAMARGO CORREA METAIS. A Camargo Correa foi também a principal empresa construtora das obras civis da usina.

O Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, surgiu no final de 1981, quando a Eletronorte estava dando por concluídas as indenizações e concedendo uma ajuda insignificante, em dinheiro, para que a população saísse por conta própria da área a ser inundada.

O desespero da população crescia à medida em que se viam sem ter condições de sair da área que ia ser inundada. Estavam sem terra, sem casa, com um dinheiro insignificante, para reiniciar a vida em outro local.

Todas as promessas da Eletronorte não estavam sendo cumpridas. Ao final de 1981, vazanteiro (moradores acima do lago) e demais colonos, começam a elaborar vários documentos que enviam a Eletronorte e de autoridades, mostrando a difícil situação que estava sendo vivenciada.

Abaixo-assinados, denúncias, reivindicações, nada surtia resultados.

Após acampamentos em frente aos escritórios da ELETRONORTE, negociações com a presidência da empresa, a ELETRONORTE se comprometeu a: relocar todos os expropriados; construir vilas e casas para todos que moravam nos

povoados, fornecer ajuda de construção para as casas no meio rural; abrir estradas, perfurar poços e pagar a indenização por tempo em que a população ficou sem condições de plantar.

Muitas famílias permaneciam na área inundada e foram retiradas às pressas pela ELETRONORTE.

A partir de 1985/86, começaram a se agravar os problemas da população da jusante (rio abaixo), que com o barramento do rio, cobrindo uma área de floresta não desmatada, passou a sofrer as consequências da péssima qualidade da água da redução do pescado e da alteração do regime de vazantes, proliferação dos mosquitos, o grande número de doenças.

A situação de Tucuruí é uma questão que ainda não foi resolvida, inclusive, vive uma situação de calamidade pública no momento.

Atualmente, na Amazônia (Região Norte) a luta dos atingidos se estrutura em Comissões Locais como a CRA-COHX; a CAHTU — Comissão de

Na Região Norte já foram construídas cinco hidrelétricas: Coaracy-Nunes (Amapá), Curua-Una (Pará) Tucuruí (Pará) Balbina (Amazonas) e Samuel (Rondônia), cerca de mais outras 180 estão planejadas para a região. Trata-se de projetos governamentais e também da iniciativa privada.

Estas hidrelétricas tem como principal objetivo atender a necessidade de grandes mineradoras, minero-metalúrgicos.

Porém, as barragens mais cogitadas, mais faladas no momento são: Belo Monte (Altamira), Caxoeira Porteira, no município de Oriximiná, a ser construída no Rio Trombetas, a Barragem de Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí; a CAPT — Comissão de Atingidos pelas Barragens do Trombeta; a Comissão Anti Barragens; e a Comissão de Defesa do Rio Utumã. A luta na região caracteriza-se por uma forte articulação com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. É através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que, muitas vezes, a luta de oposição às barragens se inicia, sendo que eles integram grande parte das Comissões de Atingidos. As Comissões atuam articuladas também com as CUT Estaduais e os Diversos Movimentos Regionais, como, por exemplo, a Associação das comunidades remanescentes de quilombos do município de Oriximiná e outras Associações Comunitárias, do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Uma das características particulares do Movimento da Região Norte tem sido a busca da construção de uma aliança com as nações indígenas.

O Movimento de Atingidos por Barragens da Região Norte, trabalha com dois tipos de problemas: O das hidrelétricas, já construídas e o das planejadas. No primeiro caso, o Movimento busca o cumprimento dos acordos firmados com

à ELETRONORTE e a solução dos problemas ambientais gerados pelas obras como a poluição dos rios, e a praga de mosquitos na beira do reservatório da UHE de Tucuruí. No caso das hidrelétricas ainda em planejamento, o Movimento vem exigindo do Governo a revisão do plano e a discussão de alternativas por exemplo, o uso do gás natural e a utilização para eletrificação rural da energia produzida pelas barragens já em operação.



Grande número de indígenas que têm suas terras ameaçadas por barragens também participaram do 1º Congresso.

REGIÃO SUDESTE



Na região Sudeste, Vale do Rio Paraíba do Sul, onde três barragens estão em andamento, as principais reivindicações do Movimento já foram tiradas:

- Troca de terra por terra, casa por casa, posto por posto, escola por escola etc.... na mesma região, às margens do lago ou rio;
- Indenizações justas pelas benfeitorias e construção das capelas, cemitérios etc....

A atuação de FURNAS na região tem sido bastante prejudicial à população, invade propriedades, adquire áreas a preço abaixo do mercado, incentiva os fazendeiros a "limpar" a terra da presença dos meeiros e arrendatários, sem resolver o problema destes.

Tanto os atingidos pelas barragens do Vale do Jequitinhonha, como do Vale do Rio Paraíba do Sul, tem enfrentado grandes dificuldades.

Ultimamente a região (barragens Salinas e Setubal) teve conquistas, pelo fato de terem iniciado a se organizar antes da obra, inclusive parando as atividades da obra, conseguindo negociar com o Presidente da CEMRIG, garantindo terra por terra, casa por casa e indenização dos bens. Só que isto ainda está dependendo de muita luta. Mas estas conquistas estão servindo de exemplo para a região.

Na região Sudeste, a luta do Vale do Jequitinhonha tem grande articulação com STRs da região, com forte atuação na área. A do Vale do Paraíba apresenta maior articulação com entidades externas e sofre com a inexistência de uma tradição de lutas populares na região.

No Vale do Rio Jequitinhonha (MG) estão planejadas 14 barragens de regularização de rios e irrigação e duas com principal finalidade de geração de energia elétrica. Oito dessas barragens encontram-se em processo de construção. O Movimento está articulado em 4 barragens, (Setubal, Calhauzinho, Machado Mineiro e Salinas), sendo encaminhado, basicamente, por Sindicatos de Trabalhadores Rurais. No Vale do Ribeira (SP), estão planejadas 5 hidrelétricas (2 privadas e 3 do Estado). Lá o Movimento está organizado em uma Comissão de Atingidos com assessoria da CPT.

No Vale do Rio Paraíba (MG/RJ), Furnas planeja construir 3 barragens. O Movimento vem articulando lutas pelos direitos dos atingidos em todas elas, a partir da assessoria da CPT e Comissão Pastoral Urbana — CPU.

O Movimento regional vem se articulando em torno de lutas pela justa indenização, cumprimento da legislação ambiental e em menor grau, contra a implantação das barragens.

REGIÃO NORDESTE



A questão das barragens na região Nordeste começa a chamar a atenção das pessoas a partir da barragem de Sobradinho e do Movimento de Itaparica.

O início da construção da barragem de Sobradinho ocorreu em 1972, em plena Ditadura Militar. A construção da barragem não foi discutida com a

população atingida e a CHESF, com auxílio do Governo Autoritário, invadia as roças e expulsava a população. Em 1977 a CHESF fechou as comportas de Sobradinho. A barragem expulsou 72.000 pessoas e inundou 4.214 km² de terras férteis. O Governo não tinha um plano de relocação e reassentamento no início da obra.

Em 1974, nasceu o primeiro projeto de reassentamento em Serra do Ramalho, em convênio feito entre CHESF e INCRA. No ano seguinte, a CHESF apresentou, como solução para os atingidos, o pagamento de passagem para São Paulo ou o reassentamento em Serra do Ramalho (uma área praticamente inviável para agricultura).

O Movimento Sindical entrou na questão e a luta cresceu a partir de 1976.

Até hoje ainda estão sendo resolvidos casos pendentes. Hoje várias entidades apoiam o Movimento: CPT, CONTAG, etc..

ITAPARICA

Em 1988, foram fechadas as comportas, expulsando 40.055 pessoas e atingiu um total de 48 mil, inundando uma área de 834 km².

Ainda em 1979, foram realizadas as primeiras reuniões por municípios e foi exigido: Terra por terra na margem do lago; Água nas casas e nos lotes; Área de sequeiro, criatórios e indenização justa das benfeitorias. Em agosto deste mesmo ano, aconteceu a primeira grande concentração de trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, que vai de certo modo conduzir a luta.

Após muitas manifestações, muita luta e organização durante estes anos todos. Em 1985, os trabalhadores rurais falavam com ministros em Brasília, e com governadores em Salvador, em Recife, mas nada de concreto aconteceu. Então em 15 de outubro deste ano, o canteiro de obras da barragem foi ocupado por mais de seis mil trabalhadores, encerrando com o grito "Se a CHESF não fizer o reassentamento imediato, voltaremos para essa obra na lei ou na marra".

E no dia 14 de dezembro deste mesmo ano, os agricultores ocuparam o canteiro de obras e, ali acampados impediram o

funcionamento da obra por seis dias, até que ficasse assegurado o reassentamento, com o Acordo de 1986 que garantiu:

— Terra boa para irrigação; Casas para morar; Terra para o criatório; Assistência técnica; Quantia de 2,5 salários mínimos até o início da produção; Indenização justa; Participação efetiva dos trabalhadores nas decisões de reassentamento.

A aplicação do Acordo começou em 1987. Apesar disso, muitas negociações tiveram que ser feitas posteriormente, a CHESF, volta e meia, continuava não querendo cumprir integralmente o acordo.

A luta continua até hoje, muitos dos problemas não foram resolvidos e principalmente há muitas famílias sem condições de plantar no reassentamento, por não ter sido irrigada e a região é muito seca.

A partir dos problemas causados com a construção de Sobradinho e da experiência de Itaparica, iniciam-se outros Movimentos de barragens.

Na Região Nordeste, as lutas pós construção das barragens parecem ser tão acirradas quanto as lutas contra as hidrelétricas, exatamente pelas duras consequências e pelas questões que ficam pendentes.

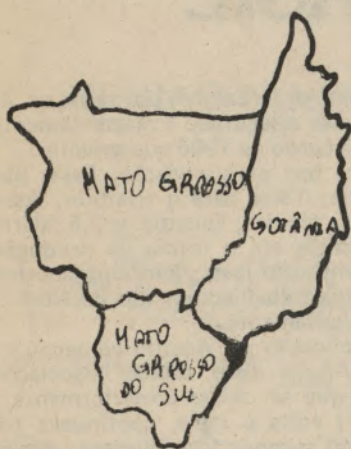
No Nordeste já existe articulação regional há cerca de dois anos, sem contudo, abranger todos os Movimentos locais. Na região existem muitas barragens construídas, (com finalidade de regularização de rios, geração de energia e irrigação) e em planejamento. O Movimento tem destacada atuação nas barragens já construídas: Pedra de Cavallo, (Irrigação—BA), Anagé (Irrigação—BA), Itaparica (hidrelétrica—BA/PE), Sobradinho (Regularização/hidrelétrica—BA/PE); e nas planejadas: Pão de Açúcar (regularização da vazão da UHE Xingó, SE/AL), Castanhão (regularização/irrigação/energia, CE), Pedra Branca—Ibó (irrigação, PE).

Na Região Nordeste as bandeiras de luta levantadas também podem ser divididas em dois grandes blocos, o das barragens já construídas e das planejadas. Nas já construídas, a bandeira do cumprimento dos acordos feitos pelas empresas com os Movimentos (reassentamento e justa indenização) é o principal. Nas planejadas, em alguns casos, a luta por justa indenização e reassentamento começa a se transformar em uma luta contra a instalação das barragens.



Diversos debates em grupos, contribuíram para haver um conhecimento das situações das regiões do Brasil.

REGIÃO CENTRO-OESTE



A Região Centro-Oeste, não possui, ainda, uma articulação estadual ou regional dos Movimentos de Atingidos por

Barragens. Um Movimento de defesa da população atingida pela UHE Foz de Bezerra, iniciou um trabalho junto aos trabalhadores atingidos. Uma equipe da Universidade Federal de Goiás tem destacado papel na luta, assim como a CPT, junto à população atingida.

A Barragem de Foz de Bezerra é uma das três UHE previstas por FURNAS para o Rio Paraná (afluente do Rio Tocantins).

A barragem atingirá diretamente uma área ecológica estadual e comunidades camponesas negras (Calunga), originárias de Quilombos, com cerca de 10.000 habitantes.

Os Calungas dizem que não saem da terra, onde localizam-se seus santuários e de onde se refugiaram dos senhores de escravos.

Já foram realizados atos públicos nas várias festas anuais das comunidades negras acentuando a necessidade da luta contra a construção da hidrelétrica. Em Goiânia também são feitas reuniões e denúncias na imprensa. A luta apenas

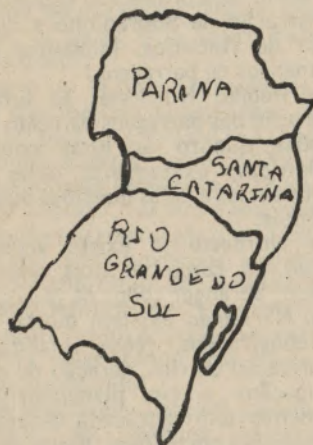
está começando e a principal bandeira é a da não construção da barragem e o respeito à Constituição Federal que garante a propriedade da terra às comunidades oriundas de antigos quilombos.

A CPT - Nacional, vem realizando discussões com entidades e Movimentos Locais, visando uma articulação regional



Foi muito importante também a contribuição dada pelos Deputados que participaram e dos assessores, e a participação no Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens.

REGIÃO SUL DO BRASIL



Para a Região Sul do Brasil, no Plano 2010, estava prevista a construção de 38 hidrelétricas, sendo 19 até o ano 2010, na Bacia do Rio Uruguai e seus afluentes e para o Rio Iguaçu no Paraná, estão previstas mais 6 barragens. E com a elaboração do Plano Decenal, ou seja: das barragens que deverão ser construídas nos anos de 1990 à 1999, dez para a Bacia do Rio Uruguai e mais quatro para a Bacia do Rio Iguaçu.

Para estas barragens, sempre houve total desinformação em relação aos atingidos e total desrespeito ao meio ambiente e questão social da região.

E ainda, no final da década de 70, início dos anos 80, com a conclusão da UHE de Itaipú, que trouxe graves consequências para a região, inundando, somente no Paraná, cerca de 1.113.000 km², deslocando 42.444 pessoas, sendo 38.445 do meio rural.

O que fez surgir, com o apoio

das Igrejas, a formação de uma organização de atingidos, que passou a ser conhecido como o Movimento - "Justiça e Terra".

Esta organização serviu para os ameaçados pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai, iniciarem, ainda em fins dos anos 70, reuniões para tentarem se organizar, formando a Comissão Regional de Atingidos por Barragens, CRAB, que durante todos estes anos, vem se organizando e buscando defender seus direitos.

Até hoje, a principal vitória obtida pela CRAB, é a assinatura do Acordo de 29/10/87, entre atingidos, Eletrosul e Ministério das Minas e Energia - Acordo que garante que nenhuma barragem poderá ser construída antes de ter sido resolvida a questão social. Outra conquista importante, é de fato não ter sido construída nenhuma barragem, até o momento, na Bacia do Rio Uruguai, com mudanças de datas nos cronogramas e isto é positivo, exatamente, porque questionamos as barragens projetadas para a nossa região. Além de, neste tempo todo, termos tido um crescimento bastante grande da consciência da população da região.

Por outro lado, temos também problemas. Principalmente causados pelas indefinições, por parte do Governo, o que tem gerado insegurança e angústia na população atingida.

Mas, na Região Sul do Brasil, desde o ano de 1988, as atenções se voltaram para a barragem de Itá. Por ali, a Eletrosul deveria começar a cumprir o acordo, porém, todas as campanhas bonitas que a Eletrosul fez em torno do Progresso e vantagens que a barragem traria para a região, começam a cair por terra ainda no ano de 1989, quando são verificados grandes atrasos nos cronogramas, casos pendentes deixados para trás, audiências marcadas e desmarcadas.

Enquanto que toda a população já deveria ter sido indenizada, relocada ou reassentada, iniciamos o ano de 1991, com tão somente 25% da população que já negociou e apenas dois reassentamentos concluídos.

Desde 06 de agosto do ano passado que a Eletrosul prometeu ir junto ao Governo Federal para buscar recursos e retomar as negociações, apresentando um novo cronograma de datas para as negociações, não dando nenhuma resposta até o momento.

Só neste ano, já foram marcadas várias audiências e todas canceladas pela Direção da Eletrosul.

Estes adiamentos constantes, tem prejudicado enormemente a vida de toda a população da região, que não tem definição nenhuma de sua vida, e que por isso, não sabe, se pode ou não, investir em suas terras e residências. Esta é uma grande prova de desrespeito à

população, e que, mostra claramente, que a questão social é apenas um "detalhe", como diz a Ministra da Economia. Mas, os atingidos precisam exigir, do Setor Elétrico, que a população seja considerada como o "detalhe" "mais importante".

Os trabalhadores atingidos por Barragens percebem que, desde que o Collor assumiu a presidência, todos os trabalhadores, tanto da roça como da cidade, estão empobrecendo e isto não está acontecendo apenas com quem é atingido, mas com todos os trabalhadores do País. Isto tem feito, com que diversas lutas sejam puxadas de forma conjunta, com a participação da CRAB, CUT, MMTR, MST, FETAG (RS), com reivindicações conjuntas.

Em Santa Catarina, foi realizada mobilização pelos diversos Movimentos, que começou no dia 12 de março, com acampamento das lideranças dos Movimentos em Chapecó. Tendo seu momento forte no dia 15 com mobilização no trevo da cidade.

Essa mobilização foi chamada de "O GRITO DE ALERTA NO CAMPO", com uma participação de, em torno de 10.000 pessoas.

O objetivo desta mobilização:

- contra a falência dos agricultores;
- violência no campo;
- recessão;
- desemprego;
- miséria e fome.

Os agricultores exigem de imediato:

- crédito de emergência;
- crédito especial para plantio da próxima safra;
- imediato assentamento das famílias sem terra acampadas;
- aposentadoria do trabalhador rural, do homem aos 60 anos e da mulher aos 65 com salário integral;
- seguro agrícola.

Os trabalhadores urbanos também estiveram presentes nesta mobilização fazendo as seguintes exigências:

- que se cumpra a Constituição;
- reposição das perdas salariais;
- garantia de emprego com fim das demissões;
- uma nova política salarial que dê poder de compra para os trabalhadores.



Em torno de 4.500 pessoas participaram do acampamento em Panambi-RS, nos dias 06, 07 e 08 de março.

No Rio Grande do Sul a mobilização ocorreu nos dias 6, 7 e 8 de março, com acampamento no trevo de Panambi (reunindo em torno de 5 mil lideranças), tendo seu encerramento na praça de Panambi, quando os agricultores fizeram uma passeata de 5 km, parando o trânsito.

Caso as reivindicações não fossem atendidas, os agricultores faziam um acampamento na Praça da

Matriz, em Porto Alegre. O que de fato ocorreu. E no dia 18 de março, mais de 300 lideranças dos diversos Movimentos acamparam, em Porto Alegre, com a proposta de que, caso não forem ouvidas as reivindicações dos pequenos e médios agricultores e dos sem terra, iriam organizar comissões, para negociar com o Governo Federal e Estadual, fazendo forte mobilização regional, a partir de abril.

As principais reivindicações que estão sendo exigidas são:

Política Agrícola

- Garantia por parte do governo federal de comercialização da safra com preço mínimo baseado nos custos de produção.
- Implantação imediata do seguro agrícola.
- Garantia de crédito especial para os pequenos e médios agricultores para o custeio e investimento (para correção do solo, aquisição de insumos e implementos agrícolas).

Seca

- Crédito emergencial de 10 salários mínimos por família para os agricultores atingidos pela seca, pagável em dois anos sem juros ou correção (até 03 módulos).
- Liberação dos cruzados bloqueados até 300 mil em 16 de março de 90 em parcela única.
- Prorrogação dos financiamentos e ampliação do programa do Feaper.

Reforma Agrária

- Assentamento de 5.000 famílias para o ano de 1991.
- Solução até o mês de junho para as famílias que estão acampadas.
- Linha de crédito e assistência técnica para todas as famílias já assentadas no estado.
- Linha de crédito especial para o sistema cooperativista dos assentados.

Saúde e Previdência

- Cumprimento imediato da Constituição Federal que garante aposentadoria aos trabalhadores rurais, sendo mulheres aos 55 anos e homens aos 60 anos com

- pagamento de 01 salário mínimo, bem como a regulamentação imediata da seguridade social.
- Implantação imediata do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)
- Aplicação do direito de saúde pública e gratuita a toda a população conforme garante a Constituição.

Política Energética

- Elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora.
- Retomada imediata das negociações com atingidos de Itá, assim como do reassentamento de Mangueirinha-PR, que estão paralisadas desde outubro de 1989.
- Liberação imediata do dinheiro bloqueado dos atingidos pelo Plano Collor I.
- Venda do canteiro de obras de Machadinho para os próprios atingidos com o cancelamento definitivo desta obra.
- Efetivação do grupo de trabalho proposto nas disposições transitórias, artigo 28 da Constituição do Rio Grande do Sul, promulgada em 03 de outubro de 1989.

Educação

- Fim da discriminação da mulher nos livros didáticos e em sala de aula.
- Educação gratuita voltada à realidade do meio rural.
- Liberação imediata de recursos para programas de alfabetização alternativa nos acampamentos e assentamentos (já em andamento).
- Implantação dos Ciens no meio rural

PARA ONDE VAMOS?

Um grande passo, foi a realização deste 1º Congresso Nacional, onde a realidade das diversas regiões se tornou mais conhecida, onde se pôde contar com o apoio de muitas entidades e, principalmente, discutir sobre o que fazer, para tornar mais forte a nossa luta, e uma das principais decisões tomadas, foi a formação de um Movimento Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens.

Ainda, no dia do encerramento foram indicados três representantes de cada região do Brasil, que deverão se reunir com uma determinada freqüência, sendo os coordenadores a nível Nacional, ou seja, os responsáveis para que de fato a organização em todo o País avance.

DEFINIÇÕES DO CONGRESSO

Através da "Carta de Brasília", podemos entender as principais propostas, ou exigências dos atingidos por barragens de todo o Brasil, e que em torno destas propostas é que a luta deverá andar.



O encerramento do evento, foi realizado na sede do Congresso Nacional, com entrega da "Carta de Brasília", às bancadas dos diversos partidos e com a realização de um ato solene.

CARTA DE BRASÍLIA

Nós, delegados do I CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS, reunidos em Brasília (DF), nos dias 12, 13 e 14 de março de 1991, representando atingidos por barragens — construídas, em construção ou planejadas — de todas as regiões do Brasil, questionamos as atuais políticas de construção de barragens — para geração de energia elétrica ou para irrigação — que não atendem aos interesses dos pequenos agricultores, povos indígenas e do conjunto da classe trabalhadora.

As políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação, voltadas a um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, terras, população e indústrias, servem aos interesses do grande capital, excluindo os trabalhadores do processo de elaboração e decisão destas importantes políticas públicas e também dos benefícios da utilização da energia elétrica e de áreas irrigadas. A indústria eletrointensiva é subsidiada, enquanto milhões de brasileiros continuam sem luz elétrica em seus domicílios e trabalhadores rurais desalojados pela inundação de suas terras aguardam reassentamento por falta de recursos do setor elétrico. A implantação de grandes projetos de irrigação é subsidiada, enquanto milhares de famílias permanecem sem condições de produção em suas terras.

Denunciamos que os grandes projetos de construção de barragens geram desastrosos efeitos para a população atingida. As políticas de construção de barragens tem significado para os trabalhadores a expulsão da terra e a conseqüente destruição de comunidades rurais. O que se tem verificado é o empobrecimento dos trabalhadores rurais e dos indígenas das regiões onde se instalam as barragens e a destruição do meio ambiente, especialmente dos rios e dos peixes.



Durante o 1º Congresso não faltou animação, mostrando as tradições e a cultura das diversas regiões do Brasil.

Diante desta situação, decidimos criar de forma definitiva o MOVIMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS, que articula movimentos locais e regionais de luta pela terra, visando profundas reformas nas atuais políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação.

Assim, em Congresso Nacional exigimos do governo:

- o cumprimento imediato dos acordos celebrados entre o movimento e o setor elétrico, visando solucionar a situação dos atingidos;
- a priorização dos recursos do setor elétrico para a solução dos graves problemas sociais e ambientais decorrentes da implantação e funcionamento de barragens;
- que a definitiva solução dos problemas sociais e ambientais gerados pelas barragens seja condição à implantação de novos projetos;
- o fim do processo de privatização das empresas estatais do setor elétrico, que são patrimônio do povo brasileiro;
- a reforma da atual política energética com a participação dos atingidos e do conjunto da sociedade;
- a reforma da atual política de projetos de irrigação, visando o real benefício dos trabalhadores rurais;
- pleno respeito aos direitos dos povos indígenas ao seu território e demarcação imediata das terras indígenas, demarcação das terras de remanescentes de quilombos e reforma agrária.

BRASÍLIA (DF), 14 de março de 1991

COMISSÃO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS

Esta carta foi encaminhada para todas as Entidades presentes no Congresso, bem como, para diversos Deputados na sede da Câmara Federal, onde os atingidos realizaram, de forma solene, o encerramento, convidando Deputados de todos os partidos.